

# A “VINGANÇA DO CENTAURO”: IMPERIALISMO E ANTI-IMPERIALISMO NO PENSAMENTO INTEGRALISTA DE GUSTAVO BARROSO<sup>1</sup>

Marcelo Alves de Paula Lima<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho busca analisar como se manifestam dois importantes temas no discurso integralista de Gustavo Barroso: os temas do anti-imperialismo e do imperialismo. Nossa abordagem atentará para a multiplicidade de sentidos assumidos pelo discurso do referido autor, além de enfatizar não apenas sua luta contra o imperialismo econômico e político, mas também contra o imperialismo cultural. Constatamos que a obra de Barroso é a expressão de um ressentimento latente nas elites intelectuais brasileiras de fins do século XIX e princípios do século XX: a busca pela autonomia em relação a modelos estrangeiros. Em sua retórica anti-imperialista, Barroso propõe um caminho inverso: que o integralismo sirva de modelo para outros povos do mundo. Já o tema do imperialismo aparece de forma mais clara no panegírico que o autor faz ao protagonismo histórico brasileiro na manutenção da ordem na América do Sul.

**Palavras-chave:** integralismo; imperialismo; Gustavo Barroso.

## THE “REVENGE OF THE CENTAUR”: IMPERIALISM AND ANTI-IMPERIALISM IN THE INTEGRALIST THOUGHT OF GUSTAVO BARROSO

**Abstract:** This paper aims to analyze how two major themes expressed themselves in the integralist writings of Gustavo Barroso: the themes of anti-imperialism and imperialism. Our approach will pay careful attention to the multiple meanings assumed by the integralist discourse of this author. Besides that, we will focus not only on his fight against economical and political imperialism, but against the cultural imperialism as well. We found that Barroso’s writings express a latent resentment among Brazilian intellectual elites by the end of the 19<sup>th</sup> and beginning of the 20<sup>th</sup> centuries: the search for autonomy towards foreign models. In his anti-imperialist rhetoric, Barroso proposes a reverse way: that integralism may be an example to be followed by other people in the world. The theme of imperialism shows itself clearer in his panegyric of the Brazilian historical role in maintaining the order in South America.

**Keywords:** integralism; imperialism; Gustavo Barroso.

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi desenvolvido a partir de reflexões que empreendi em minha monografia de conclusão de curso, intitulada: “Ecos da *Giovinezza*: leituras integralistas da ‘primavera fascista’”, disponível no link: [https://www.academia.edu/5855485/Ecos\\_da\\_Giovinezza\\_leituras\\_integralistas\\_da\\_primavera\\_fascista\\_](https://www.academia.edu/5855485/Ecos_da_Giovinezza_leituras_integralistas_da_primavera_fascista_)

<sup>2</sup> Bacharel em história pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail para contato: marceloapl@yahoo.com.br.

## Introdução

Gustavo Barroso (1888-1959) foi um importante pensador cearense que se filiou à Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1933, vindo a ocupar uma posição de destaque na referida instituição. Gustavo Barroso era, junto com Plínio Salgado (1895-1975) e Miguel Reale (1910-2006), um dos três grandes pensadores e líderes da AIB. Entre os integralistas, Gustavo Barroso se destacava pelo seu antissemitismo declarado e por sua simpatia pela Alemanha nazista, pela Itália fascista e por diversos outros regimes e movimentos nacionalistas no mundo entre guerras. Nossa análise será guiada no sentido de se compreender como as temáticas do imperialismo e do anti-imperialismo aparecem na obra do integralista cearense. Nossas fontes não serão apenas seus livros de conteúdo integralista (escritos entre 1933 e 1937), mas também suas obras historiográficas, algumas delas anteriores à sua filiação à AIB.

Por mais que os livros do autor anteriores a 1933 ainda não tivessem teor integralista, suas obras apresentam uma série de continuidades que não podem ser ignoradas. Como muito bem demonstra Arthur Oliveira da Silva (2012), o profundo entusiasmo que Barroso nutria pelos heróis nacionais (sobretudo militares como Caxias, Osório e Tamandaré) e o seu panegírico dos grandes acontecimentos da história pátria são anteriores a 1933. O Museu Histórico Nacional (MHN), fundado em 1922 e do qual Barroso fora o primeiro dirigente (posto que continuou ocupando em seus tempos de militância integralista), estava em plena sintonia com esse panegírico. O autor encontrou, no integralismo, uma maneira de potencializar o seu projeto de valorização da nação por meio da exaltação dos feitos do passado.

Em um dos mais importantes trabalhos sobre o pensamento de Gustavo Barroso, Roney Cytrynowicz diz que “o antissemitismo é elemento presente de forma central nos textos integralistas de Barroso” (CYTRYNOWICZ, 1992, p. 7), sendo que os demais temas orbitavam ao redor dele. Com efeito, grande parte dos estudos sobre o pensamento de Barroso se concentra no seu caráter antissemita. No entanto, pensamos que o fio condutor da narrativa de Barroso, assim como da narrativa integralista em geral, é o *nacionalismo*, a defesa da soberania nacional não só nos planos econômico e político, mas também no âmbito cultural, em busca da “verdadeira” identidade nacional. Afinal de contas, Barroso só é antissemita porque “o que constitui uma nação é o casamento do homem com a terra”,

sendo que “Os judeus não realizam nunca esse casamento, [existindo então uma] eterna antinomia entre eles e qualquer Estado digno desse nome” (BARROSO, 1936a, p. 40). Ou seja: Barroso é antissemita, pois identifica no judeu uma ameaça à soberania nacional, graças à sua índole errante, à sua incapacidade de fixar-se ao solo e de formar uma nação. Comunismo e capitalismo seriam, para o autor, forças cosmopolitas instrumentalizadas pelo judeu para enfraquecer as nações e levar a cabo seu plano de domínio mundial. Tem-se, portanto, que o seu anti-imperialismo é que conduz ao seu antissemitismo, e não o contrário.

Sendo assim, a importância desse artigo está no fato de ele analisar uma temática dos escritos de Gustavo Barroso diferente da do antissemitismo. Por mais que o anti-imperialismo do autor seja indissociável de seu antissemitismo, achamos que a obra de Barroso é rica demais para que fiquemos atrelados somente a um dos seus aspectos. Lendo os escritos de Gustavo Barroso, podemos encontrar uma série diálogos com o clima intelectual vigente na América Latina nos anos 1920 e 1930, marcado pelo nacionalismo e pela defesa da soberania nacional diante das potências estrangeiras.

Podemos identificar ao menos duas grandes tendências na historiografia brasileira sobre o integralismo. Por um lado, trabalhos como os de Antônio Rago Filho (1989) (2008), Felipe Cazetta (2011) e Jefferson Rodrigues Barbosa (2007) parecem seguir os passos de Chasin (1999), cuja obra, escrita originalmente em 1978, representou um marco na historiografia ao indicar que o integralismo não era um movimento de caráter fascista, apesar de se apropriar de uma série de aspectos dos movimentos nacionalistas de extrema-direita no entre guerras. Respeitadas as particularidades de cada um desses trabalhos, todos eles inclinam-se a ressaltar as peculiaridades do integralismo brasileiro, evidenciando que, por mais que ele tenha se inspirado em manifestações políticas europeias, ele não pode ser tido como um movimento de cunho fascista. Para Chasin (1999), o integralismo foi uma “forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio” que, diferente do fascismo, buscava frear a acumulação capitalista, estancar a industrialização e reafirmar a posição do Brasil como país agrário-exportador. Nessa mesma linha, Antônio Rago Filho observa que:

A historiografia convencional, descartando as especificidades sociais do solo histórico, identifica o integralismo ao fascismo por meio do recurso mimético, fenômeno à mercê dos influxos externos. A ideologia integralista se configura como uma utopia reacionária que intenta frear o desenvolvimento da industrialização e das forças produtivas materiais,

haja vista que a progressividade do capital industrial in limine levaria ao comunismo, ao materialismo e ao fim da religião (RAGO FILHO, 2008, p. 187).

Além disso:

(...) se é certo dizer que ambos [integralismo e fascismo] proclamam o antiliberalismo e o anticomunismo, a destinação histórica que eles esposam é todavia inteiramente diferente, num e noutro, pois que no fascismo elas atuam na direção de um nacionalismo *agressivo*, a refletir a particularidade do expansionismo econômico. No caso do integralismo barrosiano, eles atuam no sentido de um nacionalismo *defensivo*, como meio de proteção da família pequeno-burguesa, ameaçada pela lógica imanente à acumulação ampliada do capital, cujo comando é identificado ao banqueirismo judaico (RAGO FILHO, 1989, p. 27).

Já Jefferson Rodrigues Barbosa (2007) reconhece que o integralismo não foi apenas um movimento autoritário, pois preconizava um novo modelo de organização do Estado. Enquanto a ideologia autoritária (representada no Brasil por autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna) defendia a organização rigidamente hierárquica da sociedade, preservando as distinções entre Estado e sociedade, o integralismo “propõe um modelo de militância que só pode ser possibilitado numa relação de interação entre Estado e sociedade através de aparelhos que possibilitem a socialização ideológica, como cerimônias, desfiles, reuniões” (BARBOSA, 2007, p. 220). Por sua vez, Felipe Cazetta (2011) destaca que, enquanto o nazi-fascismo entrava em choque com a Igreja, o integralismo, sobretudo na figura de Plínio Salgado, demonstrava maior comprometimento com uma continuidade conservadora, tendo sido permeável às influências religiosas. Nesse sentido, o integralismo brasileiro teria se aproximado muito mais do franquismo e do salazarismo:

Todavia, a necessidade de se criar uma religião cívica, portanto concorrente com a Igreja católica, tornava os regimes fascistas italiano e alemão distantes dos regimes autoritários ibéricos e do integralismo brasileiro, permeáveis à influência religiosa. O culto cívico às figuras do *Duce* e do *Führer*, a criação do mito do homem providencial, encarnado em Mussolini e Hitler, regente do destino do povo e da nação, em boa medida entravam em conflito com doutrina católica, evidenciando uma disputa ideológica, pela autoridade sobre a mentalidade da população. (CAZETTA, 2011, p. 154).

Como bem apontou Jorge Zaverucha (1984), o integralismo se aproximava muito menos do nacional-socialismo e do fascismo italiano do que dos “fascismos conservadores”, a exemplo do salazarismo lusitano e do rexismo belga. As simpatias do

clero brasileiro pendiam muito mais para Franco e Salazar do que para Hitler e Mussolini. Para ficarmos com apenas um exemplo, o padre Everardo Guilherme, importante religioso brasileiro dos anos 1930, refuta uma passagem de *O quarto império* na qual Gustavo Barroso defende que o nacional-socialismo correspondia às verdadeiras aspirações do povo austríaco. O religioso reage afirmando que “Por esta opinião ofendem-se gravemente os sentimentos mais íntimos dos católicos e temos mais uma prova de que é necessário que a imprensa católica esclareça, continuamente, as inteligências, conforme a verdade” (GUILHERME, 1937, p. 113). Ele alega ainda que os austríacos eram grandes entusiastas de Engelbert Dolfuss, cujo governo tinha uma faceta bem mais católico-autoritária do que fascista, tendo sido derrubado do poder justamente pelos nazistas (PAXTON, 2007).

Por outro lado, temos autores como Roney Cytrynowicz (1992), Natália dos Reis Cruz (2004), Manuel Filipe Canavieira (2009) e Carlos Gustavo Nóbrega Jesus (2011), que relativizam a tônica dada pelos trabalhos anteriores, não só porque são mais enfáticos quanto às afinidades entre o integralismo e os fascismos, mas também porque questionam a “regressividade” integralista na qual Chasin (1999) e Antônio Rago Filho (1992) insistem. Comentando os estudos de Renzo de Felice, Cytrynowicz (1992) enuncia que o fascismo enquanto regime se restringiu à Europa, ao passo que os movimentos fascistas também existiram em outros continentes, sendo o integralismo um deles. Para o autor, o Brasil apresentava muitas das condições favoráveis para a afirmação do fascismo, como a ascensão das camadas médias, as intensas discussões acerca de novas formas de governo e uma progressiva transformação de valores.

Natália dos Reis Cruz (2004) enfatiza a ambiguidade integralista frente à modernidade, dizendo que o integralismo não desejava “lutar contra o processo de industrialização, mas produzir um arranjo institucional por meio de um projeto de nação que englobasse os interesses industriais e médios e controlasse o movimento popular” (CRUZ, 2004, p. 32). Além disso, ele queria “uma nova sociedade que combinasse padrões modernos (como o industrialismo e o desenvolvimento econômico capitalista) com elementos antimodernos considerados úteis para organizar tal sociedade”, sendo que entre esses elementos antimodernos podemos citar, no caso de Barroso, a moralização da economia e a restauração de sua função de servir ao homem:

E o coração do século palpitou num grande ritmo novo com Massis, Journet e Maritain que fazem renascer a ontologia tomista, com Gino

Arias e Gottfried Feder que restauram a economia moral, com Nicoláu Berdiaeff que ressuscita a grandeza da civilização cristã, com Mauriac que restabelece o sentimento cristão do sacrifício, com Fernandéz que renova o culto sagrado dos heróis. (BARROSO, 1935a, p. 63).

Tanto Natália dos Reis Cruz (2004) como Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus (2011) concordam que o discurso de Gustavo Barroso tinha motivações raciais. A primeira reafirma que, por mais que o autor fizesse um elogio da mestiçagem e da contribuição de várias raças para a formação do povo brasileiro, esse elogio só se sustentava caso os índios e negros abrissem mão de sua cultura original em prol do projeto cristão lusitano. Já o segundo diz que Barroso buscava conferir a esse antissemitismo uma coloração ética e associá-lo ao anticomunismo com a finalidade de encobrir suas motivações raciais, evitando, com isso, um choque com o discurso oficial da AIB, que prezava pela integração racial.

Por fim, Manuel Filipe Canavieira (2009) ressalta que muitos estudiosos superestimam o teor econômico do antissemitismo de Barroso por se concentrarem apenas em sua obra *Brasil, colônia de banqueiros*. Outras obras do autor, especialmente *O quarto império*, apresentariam maiores evidências da motivação racial do antissemitismo do integralista. Canavieira observa também que a exaltação do heroísmo nacional que Gustavo Barroso fazia em suas obras, sobretudo em sua produção historiográfica, passava pelas humilhações das nações vizinhas, consideradas inimigas. Logo, Canavieira relativiza o caráter defensivo do nacionalismo integralista.

O debate acerca do caráter fascista ou não do integralismo é demasiado extenso para ser desenvolvido neste artigo sem comprometer o seu objetivo primordial. Tomaremos, em ambos os espectros do debate, elementos que possam fundamentar o argumento aqui desenvolvido: por um lado, a visão do integralismo como uma força anti-imperialista que lutava contra a dependência econômica, cultural e política; por outro – e isso é especialmente significativo no caso de Gustavo Barroso – a importância que a historiografia integralista dava às conquistas militares do Brasil durante o período monárquico. Fazemos um esforço para compreender como essas duas facetas do pensamento barrosiano se articulavam nas obras do autor.

Essa multiplicidade presente nos escritos de Gustavo Barroso só pode ser teoricamente bem compreendida à luz de Pierre Bourdieu, que nos alerta para o perigo da

“ilusão biográfica”. Bourdieu nos diz que não podemos pensar a vida de alguém “como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção”. A realidade é descontínua, fragmentada, e não um uma unidade totalizante e coerente. Assim, quando falamos em *Gustavo Barroso*, estamos nos referindo apenas a “uma rapsódia heterogênea e disparatada de propriedades biológicas e sociais em constante mutação”, cujo único elemento constante é o nome próprio (BOURDIEU, 2000, p. 185, 187, 188, 190). Como veremos ao longo de nossa análise, o discurso de Barroso é marcado por elementos conflitantes, tornando ainda mais complexa e intrigante nossa tentativa de situá-lo nos debates acerca do imperialismo e do anti-imperialismo.

Ao refletir sobre a produção do saber historiográfico, Antonio Mitre (2003) fala do “dilema do centauro”. O “dilema do centauro” remete ao hibridismo e às ambiguidades existentes entre dois importantes fatores que cercam o texto historiográfico: por um lado o seu teor ensaístico e literário, e por outro seu rigor e compromisso com a verdade, tributário das exigências científicas do século XIX. À certa altura de nossa leitura da obra de Mitre, ponderamos até que ponto o “dilema do centauro” também poderia remeter ao caráter ambíguo da relação entre os intelectuais latino-americanos e sua herança europeia. Produzindo sempre à sombra de seus antigos colonizadores, falando o mesmo idioma de suas ex-metrópoles e alimentando-se em grande parte de suas ideias, muitos dos pensadores da América Latina se pegaram uma vez ou outra ponderando até que ponto existe uma produção intelectual autônoma, genuinamente nacional:

(...) nós, os hispano-americanos [e por que não os brasileiros?], temos ainda na epiderme o conquistador e o conquistado, o colonizador, o liberal romântico e tudo isso que foi nosso passado. E, apesar de que pretendemos ter sido tudo aquilo, ainda continuamos sem sê-lo plenamente (ROIG citado por MITRE, 2003, p. 98).

Divididos, descontínuos, ambíguos, os intelectuais latino-americanos frequentemente se flagraram presos ao corpo de um centauro: metade europeu, metade americano. E essa fisiologia híbrida foi o cerne dos grandes debates intelectuais dos anos 1920 e 1930. Gustavo Barroso tenta, por vezes, libertar-se de sua forma de centauro, insistindo no caráter genuinamente nacional do integralismo, recusando quaisquer ligações com ensinamentos estrangeiros. Em outros momentos, porém, ele assume orgulhosamente a condição de centauro, que deixa de ser motivo de dilema e vergonha para se tornar motivo de orgulho.

### **Anti-imperialismo e integralismo**

Segundo Fredric Jameson (1990) em seu artigo *Modernism and imperialism*, o conceito de “imperialismo” deve ser abordado tanto em sua dimensão econômica como política. Se não atentarmos para esse aspecto, podemos incorrer no erro de tomar o imperialismo como uma panaceia, enxergando-o em todo tipo de guerras de conquista desde a Antiguidade. O imperialismo é um fenômeno próprio da dinâmica do capitalismo, não podendo se manifestar separado dela. Analisando as condições em que o Brasil dos anos 1930 se encontrava, podemos concluir que o país fazia parte dessa dinâmica imperialista enquanto país caudatário dos países de capitalismo avançado (CHASIN, 1999).

Entendemos o imperialismo como “a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante” (SAID, 1994, p. 8). Um império pode ser adquirido “por força, por colaboração política ou por dependência econômica, social ou cultural” (DOYLE citado por SAID, 1994, p. 8). Se o imperialismo, como diz Edward Said em *Culture and imperialism*, é um fenômeno político e econômico que tem importantes implicações culturais, então achamos coerente pensar que o anti-imperialismo também apresenta essa faceta cultural.

Jameson (1990) observa ainda que o termo “imperialismo” foi cunhado pelos primeiros ideólogos marxistas não para descrever as relações de subordinação entre potências e países periféricos, mas sim para analisar as rivalidades entre as próprias potências econômicas e militares. Desde o fim da Segunda Guerra mundial, com a descolonização afro-asiática e o desenvolvimento do capitalismo multinacional, o termo teria sido reestruturado e aplicado à análise das relações de dependência e subordinação, sobretudo em termos econômicos. Entretanto, na América Latina, onde essa descolonização já havia acontecido no século XIX, o tema do imperialismo enquanto dependência e subordinação econômica já era amplamente mobilizado pelo menos desde os anos 1920 (vide, por exemplo, o caso do tenentismo no Brasil).

Dado o exposto até aqui, podemos concluir não apenas que o Brasil no qual o integralismo surgiu era um país subordinado ao imperialismo, mas também que esse imperialismo havia gerado reações anti-imperialistas no país, sendo o integralismo uma delas. A AIB, de fato, “foi um dos primeiros fóruns modernos no país para a discussão do que se chamava de ‘realidade brasileira e as formas de transformá-la’ (CYTRYNOWICZ,



1992, p. 3). Um dos principais aspectos desse processo foi o nacionalismo, manifesto não só na recusa às ideias estrangeiras (que seriam incompatíveis com a “realidade nacional”), mas também na exaltação das virtudes cívicas e no anti-imperialismo (CRUZ, 2004). Eliana Dutra (1997) também nos mostra que, nesse cenário de intensos conflitos em torno da melhor forma de governo para o Brasil, havia certos debates comuns tanto à direita como à esquerda. Um deles era justamente aquele acerca da soberania nacional, mobilizando discursos anti-imperialistas. O outro versava sobre a necessidade de uma revolução. Para os comunistas, por exemplo, a revolução constituía-se em ideia-força:

Ela se torna um elemento de mediação para que sujeitos sociais projetem no burguês, no capitalista, no latifundiário, no imperialismo, todas as partes *más* que desejam expelir de si próprios e de sua realidade. E ao fazê-lo, eles tentam conjurar a injustiça, a desigualdade, a miséria, a fome, a doença, a morte às quais a revolução promete pôr fim e que burgueses (ricos), capitalistas, latifundiários e o imperialismo estão a encarnar (DUTRA, 1997, p. 109).

Sendo assim, tanto os integralistas como os comunistas diziam lutar contra os mesmos inimigos, a exemplo dos latifundiários, do capital estrangeiro e do imperialismo. Porém, cada um acusava o outro de servir a uma ideologia estrangeira e, por isso, de estar a serviço do imperialismo – o imperialismo sendo associado ora a Moscou, ora ao nazi-fascismo.

Nessa mesma linha, Robert Levine (1980) nos mostra que a retórica integralista muitas vezes se assemelhava à de sua grande rival: a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Também a ANL denunciava a subserviência nacional ao capitalismo estrangeiro, elencando entre seus grandes inimigos as companhias estrangeiras, os latifundiários e seus agentes, além de chamar o Estado a desempenhar um papel mais ativo na vida nacional, sobretudo na esfera econômica. O programa da ANL se inspirava em outros movimentos de frente popular antiimperialistas e defensores de reformas econômicas, a exemplo da *Allianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA), no Peru. Entre suas principais reivindicações estava o cancelamento da dívida externa – dívida essa cujos números Barroso cita à exaustão em *Brasil, colônia de banqueiros*. Aliás, entre as manifestações que Barroso elogiosamente elenca entre os “movimentos espiritualistas de salvação nacional” (BARROSO, 1935b, p. 166) está justamente a APRA, que “Combate a usura, a

especulação, a desnacionalização do país, o cosmopolitismo, as influências nefastas junto aos governos” (BARROSO, 1936c, p. 169).

Edward Said (1994) observa que os aspectos mais proeminentes da cultura modernista costumam ser respostas às pressões externas do imperialismo sobre a cultura local. E como bem notou Alain Touraine (1994), o nacionalismo é tanto mais ligado às suas origens quanto mais o país se acha longe dos centros da modernidade e quanto mais ele se sente ameaçado pelo imperialismo estrangeiro. No caso específico do Brasil, o nacionalismo brasileiro da década de 1920 era multifacetado, assumindo caráter antilusitano e anti-imperialista, além de elogiar as virtudes cívicas e militares. No integralismo, é possível ver uma radicalização do nacionalismo cívico e econômico que, influenciado pelo modernismo, passa a exaltar o nacional por meio do retorno às origens do povo brasileiro (TRINDADE, 1974). Tem-se, portanto, que na América Latina, “a mistura entre nacionalismo e modernismo (...) deu origem ao único verdadeiro movimento fascista do continente, o integralismo” (TOURAINÉ, 1994, p. 145-146).

Entre os pensadores integralistas, Barroso se destacava, segundo Trindade (1974), justamente pelo seu nacionalismo anti-imperialista – anti-imperialismo esse que culmina em antissemitismo. Em suas obras de cunho antisemita – a exemplo de *História secreta do Brasil e Brasil, colônia de banqueiros* – o autor denuncia como, ao longo de sua história, o Brasil se submeteu ao capitalismo judaico internacional, tornando-se cada vez mais dependente dele por causa dos empréstimos. Esse mesmo capitalismo judaico estaria conspirando no país – e no resto do mundo – para subjuga-lo ao comunismo, que coroaria a dominação judaica. Diante dessa dupla ameaça, Barroso diz que somente o integralismo estaria comprometido com a integridade do Brasil.

Sendo assim, o integralismo se achava em uma posição que extrapola a dicotomia “comunismo” X “anticomunismo”. Ao comentar o panorama político brasileiro nos anos 1930, Eliana Dutra (1997) diz que os anticomunistas se alarmavam diante de uma ameaça iminente, mas não concretizada, de modo que seu discurso tinha caráter defensivo. No caso dos comunistas, ao contrário, lutava-se contra um estado de coisas vigente, realidade à qual a ameaça fascista viria dar o golpe de misericórdia. Assim, o anticomunista se defende de uma ameaça que pode vir a se concretizar, ao passo que o comunista luta contra uma ordem já estabelecida. O integralismo, ao identificar seus inimigos ao mesmo tempo no

comunismo e no capitalismo, encontrava-se em uma posição ainda mais complexa, lutando não só contra um estado de coisas vigente, mas também contra uma ameaça que poderia vir a se concretizar. O próprio Chasin (1999) já observava que para Plínio Salgado a luta contra o capitalismo liberal era ainda mais urgente do que a luta contra o comunismo, justamente porque o primeiro já havia tomado conta do Brasil.

### **Anti-imperialismo no pensamento de Gustavo Barroso**

Octavio Ianni (1976), em seus estudos sobre imperialismo e cultura, afirma que o capitalismo é um modo de produção material e intelectual, de modo que as relações capitalistas engendram ideias, doutrinas e valores. Dessa forma, os “recursos intelectuais também fazem parte da teia de fatores que envolvem a interdependência e a complementaridade das economias dos países hegemônicos e dependentes” (IANNI, 1976, p. 16). Sendo assim, um dos aspectos primordiais que achamos válido ressaltar na retórica anti-imperialista de Gustavo Barroso é justamente aquilo que Gilberto Vasconcellos (1979) chamou de “falácia autonomística”: em vista da condição de dependência cultural em que o Brasil se achava, o integralismo pautava-se pela reivindicação de uma originalidade, de uma autonomia diante de quaisquer doutrinas estrangeiras. É o que vemos na seguinte passagem de *O integralismo em marcha*, primeiro livro integralista do autor:

Alguns escrevinhadores imbecis, sem cultura para entender nossa missão e nosso raciocínio, a cada passo nos chamam de imitadores do fascismo ou plagiadores do hitlerismo. Não somos imitadores e plagiadores dum ou doutro, como não o é o grande movimento dos camisas azuis que Mosley desencadeia na velha Inglaterra. Somos simplesmente ramos da mesma árvore, filhos da mesma doutrina, resultados da mesma concepção totalitária do universo (BARROSO, 1933, p. 89).

O integralismo não podia admitir sua inspiração, nem muito menos sua cópia de qualquer modelo estrangeiro, nem mesmo do fascismo, pelo qual Barroso e tantos outros integralistas nutriam profunda admiração. Segundo os integralistas, enquanto os programas e doutrinas dos partidos liberais e marxistas se inspiravam em modelos estrangeiros, a doutrina integralista seria tipicamente nacional, vindo do sentimento, da compreensão e do amor à realidade brasileira, bem como da tradição cristã. Por isso Barroso conclui que o integralismo “Não é um empréstimo, é uma criação” (BARROSO, 1936b, p.17).

Extrapolando a “falácia autonomística”, o integralismo não só se dizia genuinamente nacional, como também proclamava sua pretensão de ser um exemplo aos outros fascistas do mundo. Barroso encontra argumentos para lançar o integralismo a um patamar tão alto justamente no seu não-pioneirismo. Enquanto o fascismo italiano teria se desenvolvido de forma apressada, agindo primeiro para se consolidar no plano teórico depois<sup>3</sup>, o integralismo faria o caminho inverso, o que o dotaria de maior espiritualidade:

Na pressa de opor um dique ao dilúvio comunista, a reação do Fascismo italiano realizou empiricamente esse Estado Forte. Sua teoria veio depois. A diferença essencial entre o movimento fascista e o movimento integralista, como movimentos, dinamicamente, é esta: o Fascismo é prático e, exercendo a prática, cria a teoria; o Integralismo é teórico e exercerá a prática baseada na sua teoria, modificando os pontos que a experiência aconselhar sejam modificados (BARROSO, 1936b, p. 219).

Não podemos ignorar que Gustavo Barroso fez parte de um contexto intelectual generalizado em todo o continente latino-americano, que tem no escritor mexicano José Vasconcelos um de seus mais significativos expoentes. Diz Antonio Mitre acerca desse contexto que:

O desgaste cultural do velho continente, de que falara Oswald Spengler (1880-1936) em *A decadência do Ocidente*, vinha confirmar, aos olhos da intelectualidade mexicana, aquilo que José Vasconcelos tinha afirmado, um ano antes de que o livro do historiador alemão fosse traduzido ao espanhol em 1926: o significado universal que a América viria a ter no futuro próximo (...) (MITRE, 2003, p. 73).<sup>4</sup>

Gustavo Barroso mostra, em seus textos, estar atento a esse cenário. O integralismo seria, para ele, não apenas a salvação do Brasil, mas também o presente do Brasil para o mundo (assim como a *raça cósmica* de que nos fala José Vasconcelos). Da mesma maneira que a Europa influenciara a América Latina durante tantos anos com sua cultura e suas ideias, era chegado o momento de a América Latina servir de inspiração para a Europa – inspiração essa que viria da doutrina integralista. Por isso ele proclama que “o Integralismo está num ponto em que se não pode aproximar do Fascismo e do Nazismo sem perda de expressão; mas em que ambos podem evoluir até ele” (BARROSO, 1936c, p. 18).

---

3 O próprio Mussolini admitia que os anos que precederam a Marcha Sobre Roma foram anos difíceis, nos quais a necessidade de ação imediata impediu a elaboração de um programa mais sólido. Ver: MUSSOLINI, Benito. *The political and social doctrine of fascism*, 1932. In: WEBER, Eugen. *Varieties of fascism* (doctrines of revolution in the twentieth century). Princeton: D. van Nostrand, 1964.

<sup>4</sup> Ver: VASCONCELOS, José. *La raza cósmica*. 5ª edição. México: Espasa Calpe Mexicana, 1977.

Apesar da dita “falácia autonomística”, vemos que os textos de Barroso escritos em 1937 tomam um rumo um pouco diferente do que se notava até então. Ele denuncia, em *Integralismo e catolicismo*, o esnobismo de alguns nacionalistas que querem negar à Europa qualquer influência sobre o Brasil. Aqui, o autor evidencia aquilo que, em outras obras, havia apenas deixado implícito: apesar da importância do legado indígena e negro, é o português quem aparece como o fator primordial de construção da nacionalidade brasileira – e não poderia ser diferente. Natália dos Reis Cruz (2004) já observava que o projeto integralista para o Brasil valorizava unicamente a cultura cristã, sendo que os demais povos seriam valorizados somente na medida em que contribuíssem para esse projeto. Logo, “os sertões queimados de sol e as serranias banhadas de luz” não são suficientes, uma vez que, “se somos um povo cristão, se queremos criar um Estado Cristão (...) o nosso conceito de cultura tem de ser, fatalmente, um conceito espiritual, um conceito cristão”. Tal conceito “não vem batizado com a ardência do sol líbico, nem com a espuma das cachoeiras que cantam nos araxás e nos sertões americanos, mas com a água azul do velho mar Mediterrâneo” (BARROSO, 1937, p. 58).

“O Povo Brasileiro não é preto, nem branco, nem vermelho, nem amarelo. É, simplesmente, o Povo Brasileiro” (BARROSO, 1936b, p. 151-152), diz o autor. Mesmo ao fazer o elogio da mestiçagem e ao valorizar o peso de cada povo na constituição da nação brasileira, Barroso faz questão de diluir toda a diversidade desse caldeirão étnico em prol do bem maior da nação, cujos fundamentos maiores viriam do legado lusitano. Por isso o autor conclama, desafiando os banqueiros judeus que ameaçavam o Brasil: “Branco, índio, negro, mestiço, hoje, todos, ó mandatários de Rotschild, só têm uma cor, a Cor Verde de uma Camisa Gloriosa, e, vestidos com ela, todos vos varrerão do cenário nacional e da memória nacional” (BARROSO, 1936b, p. 151-152). A integração racial desempenha, portanto, um papel fundamental no discurso anti-imperialista de Barroso. Em prol da luta comum contra a opressão dos banqueiros e a ameaça comunista, todos os brasileiros, independente de origem racial, precisariam esquecer suas diferenças, superar quaisquer atritos e se unir pela nação.

Note-se como essas passagens de *Integralismo e catolicismo* contrastam com a seguinte, de 1935. Parece que, em 1937, o autor queria consertar ou relativizar o que havia escrito em 1935:

Os [Egrégoros] do Brasil são o seu sentimento cristão e a sua tradição de unidade nacional. A sua história toda ainda estremece ao passo dos Bandeirantes e dos Catequistas. Seus olhos não se podem voltar para as estepes gélidas da Rússia, onde habitam outros Deuses, mas para os sertões queimados de sol e as serranias banhadas de luz onde ainda falam os seus Egrégoros formidáveis! (BARROSO, 1935a, p. 176).

Assim, *Integralismo e catolicismo* apresenta uma guinada conservadora por meio da qual o autor assume orgulhosamente sua postura de centauro. Essa guinada se manifesta, sobretudo, em uma ênfase mais insistente no caráter cristão do sigma em detrimento do seu caráter “curupira”. É particularmente interessante a crítica que o autor faz ao “vovô índio”, figura criada no Brasil da década de 1930 para substituir o Papai Noel e aproximar o natal da realidade brasileira. A despeito de muitos integralistas se entusiasmarem com a figura do vovô índio, Barroso ridiculariza-o, acusando-o de ser produto de um “esnobismo ultranacionalista” que negava ao legado cristão o seu peso sobre a cultura brasileira:

Refugando o Papai Noel barbudo do inverno europeu, esquecem o Menino Jesus da nossa meninice brasileira que nos depunha os presentes desejados nas chinelas postas sobre o beiral do telhado ou no peitoril da janela, para se agarrarem à tolice dum Vovô Índio, talvez à de uma Mãe Negra – quando a festa do Natal nunca foi celebrada nos tatás do Senegal nem nasocas do sertão bravio (BARROSO, 1937, p. 37).

Vimos que, para Touraine (1994), o nacionalismo mergulha nas origens nacionais quanto mais ameaçado o país se sente pelo imperialismo estrangeiro e quanto mais distante ele se acha dos centros da modernidade. Os escritos de Barroso nos mostram que, por mais que o Brasil se sentisse ameaçado pelo imperialismo estrangeiro, o país não estava totalmente desvinculado dos centros da modernidade, sendo ainda muito próximo deles culturalmente. Por isso, o integralismo sempre foi bem menos “curupira” do que almejou, graças aos fortes laços culturais (especialmente religiosos) que sempre uniram o Brasil à Europa. Não notamos, em Barroso (nem no integralismo de forma geral) qualquer ressentimento quanto ao colonizador português – muito pelo contrário. Como bem observa Chasin (1999), Plínio Salgado traça um retrato idílico do Brasil colonial. Muito antes de as revoluções que sacudiram o continente europeu clamarem por liberdade, os habitantes do Brasil colonial já seriam pessoas livres. Ademais, povos das mais diferentes origens sociais e raciais já viveriam em harmonia na América Portuguesa, configurando aquilo que Salgado chama de “democracia bárbara”. A Independência figura justamente como o pecado original, pois teria sido obra de uma elite culta e alheia ao “Brasil real” (sertanejos e

massas proletarizadas). De forma análoga, a independência do Brasil foi, para Barroso, um artilheiro judaico para enfraquecer o Império Lusitano. Essa ambiguidade do autor, que por um lado denunciava a existência de um imperialismo judaico e, por outro, elogiava a colonização lusitana, não passou despercebida pelos seus leitores. Um deles foi Rubem Almeida, que, em artigos publicados em 1937, critica *História secreta do Brasil*, obra de Barroso que denuncia o assédio judaico às riquezas brasileiras desde os tempos coloniais:

Sintetizando: escrito com a única preocupação de combater a “força” judaica no Brasil, resulta o livro em seu elogio, pois do que nele se contém, é o caso de perguntar-se: que foi, então, que fez Portugal? É o que desejaria me explicasse o amigo [Gustavo Barroso] (ALMEIDA citado por CYTRYNOWICZ, 1992, p. 135, nota 56).

Assim sendo, a leitura integralista do Brasil colonial não enxerga, nesse período da história, “um processo radical de desapossamento”, como disse Seamus Deane ao discorrer sobre as relações entre literatura e colonização. Deane afirma que um povo colonizado não possui uma história específica nem uma língua específica (DEANE, 1990, p. 10). No entanto, é justamente na língua, cultura e história dos antigos colonizadores que o integralismo vai buscar as raízes de seus “sonhos do passado”, já que “a benção do jesuíta uniu todos debaixo da mesma cruz. Dos Guararapes aos Aquidaban, o sangue de todos os uniu no mesmo destino” (BARROSO, 1936c, p. 18). Além dos jesuítas, o integralismo também seria tributário do idealismo dos bandeirantes, graças à sua iniciativa de penetrar os sertões do país, alargando suas fronteiras. Os próprios integralistas são apresentados como novos bandeirantes que fariam o caminho inverso dos antecessores, levando a brasilidade do interior para o litoral: “O espírito bandeirante guardado no fundo dos sertões acorda e reconquista o que deixou para trás nas mãos infieis do cosmopolitismo do litoral. Nós, Integralistas, somos os Anhangueras redivivos que retornam da Grande Peregrinação!” (BARROSO, 1935a, p. 15).

O anti-imperialismo de Barroso se dirige, portanto, ao “colonialismo” dos banqueiros – quase todos de origem judaica – que, desde a independência política, teria convertido o Brasil em um país submisso ao capital estrangeiro e aos juros escorchantes. Opera-se, portanto, uma inversão: foi justamente ao findar o que geralmente se conhece como “período colonial” que o Brasil teria se tornado, de fato, uma colônia. Não uma colônia lusitana, mas uma “colônia de banqueiros”, posto que décadas de governos liberais teriam transformado o país em um laçao das finanças internacionais. Fiel a essa

constatação, Barroso escreve que “O Brasil não será, porém, esmagado pela pata do urso moscovita a serviço dos Rothschilds ‘*et reliquae*’... O Brasil não quer ser mais uma COLÔNIA DE BANQUEIROS” (BARROSO, 1936b, p. 151-152).

Segundo Said (1994), a produção cultural pode predispor uma sociedade não apenas a aceitar a dominação imperialista, mas também prepara-la para rejeitar essa dominação. O projeto anti-imperialista, porém, não pode vingar se a exaustão econômica e política com a dominação imperialista não conseguir mobilizar pessoas em prol de sua ideia – e é justamente nesse sentido que os escritos de Barroso se dirigem. Tendo em vista que “tornar-se consciente de se pertencer a um povo subjugado é a compreensão fundadora de um nacionalismo anti-imperialista” (SAID, 1994, p. 258), antes de convencer seus leitores de que era preciso lutar contra o imperialismo, os ideólogos do sigma precisavam convencê-los de que o país era subordinado a esse imperialismo. Com esse objetivo em mente, o autor escreve:

Reparai que com vinte e um anos de vida independente, estamos sempre com a corda ao pescoço, fazendo empréstimos para pagar juros de outros empréstimos, cujas sobras incorporamos a novos empréstimos, círculo vicioso em que temos vegetado até hoje, cada vez pior. (...) Os juros são, como se vê, uma invenção mirífica. Sobretudo os juros de usura (BARROSO, 1936a, p. 60, 64).

Para compreendermos melhor as dimensões do anti-imperialismo de Barroso, retornemos a Antônio Mitre. Diz o autor que, analisado à luz da longa duração, o “moderno sistema mundial” pode ser dividido em três estratos: em um nível inferior, temos a economia de subsistência; no nível intermediário, encontramos os intercâmbios mercantis periódicos que abrangem a economia de mercado; e, em um nível superior, temos o reino dos monopólios, que se sustenta e se enriquece às custas dos níveis inferiores seguindo uma “dinâmica de acumulação predatória, desenvolvida de costas para o mercado” (MITRE, 2003, p. 166). Tal nível é sempre contemplado pelas benesses do Estado, independente de qual governo estiver no poder. É justamente esse estrato superior que Barroso busca atacar em seus escritos, identificando-o com os banqueiros e grandes capitalistas que, em conluio com governos indiferentes à sorte de seu povo, extorquem as riquezas do país de forma predatória. Por isso ele conclama:

Não faz mais revoluções com “r” minúsculo, brasileiro! Elas nada adiantam. Mudam constituições, mudam homens, *mas não mudam os contratos com Londres*. Esses é que é preciso rasgar. Quem te promete



isso? O integralismo. Anda, vem vestir a Camisa-Verde e fazer a Revolução definitiva, a Revolução com R maiúsculo! (BARROSO, 1936a, p. 192 – grifo nosso).

Ademais:

O Brasil acorda e dá os primeiros passos. Ele quer libertar-se das algemas que o prendem ao banqueirismo judaico internacional através de governos e assembleias enfeudados a esses banqueiros. Sua vontade soberana vai fazer-se ouvir, mudando as instituições a cuja sombra medram somente os cogumelos da politqueira (BARROSO, 1935a, p. 119).

Enquanto autores como o uruguaio José Enrique Rodó dirigem suas críticas ao imperialismo dos Estados Unidos, hostilizando seu gosto insaciável pela novidade e seu desprezo pela tradição, Gustavo Barroso enxerga como principal agente do imperialismo o judeu. Isso torna sua escrita ainda mais alarmista, pois que o judeu não é facilmente identificável como um país ou um governo. Ele está sempre por trás de algum grupo – bancos, regimes políticos, corporações e empresas –, de modo que, “pode-se dizer, o antissemita vê no judeu tudo quanto necessita ver” (ACKERMAN e JAHODA citados por CYTRYNOWICZ, 1992, p. 39). Assim, por mais que o autor não defenda a *solução final* a exemplo do que se notou na Alemanha nazista, ele conclama a uma vigilância constante contra o judeu, a fim de impedir que ele tome as rédeas do cenário econômico e político do país e leve a cabo suas atividades imorais (MAIO, 1992).

Os debates acerca do caráter racial ou não do antissemitismo de Gustavo Barroso geraram as mais diferentes interpretações. Trindade (1974) diz que o antissemitismo do autor não tinha matriz racial, sendo política e economicamente motivado: atacava-se o judeu por causa das atividades que ele levava a cabo (comunismo, liberalismo, cobrança de juros, etc). Por outro lado, o mesmo Trindade alega que, diferente de Barroso, Salgado não era antissemita, visto que, para o chefe nacional, o problema do mundo “era ético, e não étnico”, de modo que era apenas uma coincidência o fato de a maior parte dos banqueiros e capitalistas do mundo serem de origem judaica. Nessa mesma linha, Antônio Rago Filho (1989) afirma que o posicionamento de Salgado frente à questão judaica era diferente daquele de Barroso, pois carecia de substrato racial. Mais adiante, porém, ele distingue o antissemitismo de Barroso do antissemitismo nazista apelando justamente para a ausência de caráter racial do primeiro, em contraste com o segundo, claramente racista. Ora, se as diferenças entre o antissemitismo barrosiano e o antissemitismo nazista residem no fato de

aquele não ter matriz racial e este sim, então qual seria a diferença entre as posições de Barroso e Salgado diante da questão judaica?

A partir de nossas leituras, pensamos que o antissemitismo de Barroso permite múltiplas interpretações, principalmente porque ele se manifesta de múltiplas formas. É problemático dizer que seu antissemitismo tinha definitivamente matriz racial, haja vista que o autor escreve:

A questão judaica não é, como pensa muita gente e como muitos judeus se esforçam por espalhar, uma *questão religiosa* ou *racial*. É uma *questão política*. Ninguém combate o judeu porque ele seja de raça semita nem porque siga a religião de Moisés. Mas sim porque ele age *politicamente* dentro das nações, no sentido dum plano preconcebido e levado por diante através dos tempos (BARROSO, 1935c, p. 119 – grifo no original).

Por outro lado, há passagens nas quais o teor racial do antissemitismo do autor se expressa claramente – como quando ele afirma que os brasileiros devem ao sangue judeu vários de seus defeitos, como a “falta de fixidez no caráter, inclinação a não levar nada a sério, capacidade de deformar todas as ideias, indisciplina inata e prazer do despistamento” (BARROSO, 1990, p. 49).

Para nós, o diferencial da postura de Barroso frente à questão judaica reside não na sua motivação política e econômica, mas sim no repúdio que o autor nutria pelo próprio racismo que, segundo ele, seria uma marca do judeu. Nas palavras do autor: “O Estado Integralista (...) combate os judeus, porque combate os racismos, os exclusivismos raciais, e os judeus são os mais irredutíveis racistas do mundo” (BARROSO, 1936c, p. 17). Assim, Barroso inverte a lógica do antissemitismo alegando que o judeu é, na verdade, o agente e não o paciente do racismo. Esse “racismo às avessas” não ataca o judeu com base em preconceitos raciais, mas atribui ao judeu preconceitos raciais como justificativa para atacá-lo. Repare, por exemplo, como o autor se refere ao judeu ironicamente como “a Raça Superior”:

Diante dessas revelações sensacionais, creio que toda a gente compreenderá que o chanceler Hitler tomasse algumas medidas contra a Raça Superior, a fim de não acontecer à Alemanha o que aí se diz ter acontecido à França. Apesar de mais longe, o Brasil, onde os judeus estão entrando livremente aos milhares, deve pôr as barbas de molho, enquanto é tempo... (BARROSO, 1935a, p. 87).

Não ignoramos, porém, que a “oposição e resistência ao imperialismo são articuladas em um amplo, porém disputado terreno provido pela cultura” (SAID, 1994, p.

241). Isso significa que, tendo em vista que o integralismo não era o único grupo político no Brasil dos anos 1930 que clamava lutar contra o imperialismo, ele precisava legitimar-se em detrimento de outros projetos pretensamente anti-imperialistas. A ANL, junto com outros setores da esquerda, também dizia lutar contra o imperialismo estrangeiro. A fim de deslegitimar esse discurso, Barroso opera a desconstrução do antagonismo entre capitalismo e comunismo, ressaltando que a esquerda, longe de ser uma alternativa ao imperialismo, estava mancomunada com ele. O eixo dessa desconstrução está justamente no judeu. Assim como o judeu, o capitalismo e o comunismo seriam forças materialistas, cosmopolitas e destruidoras das nações e das famílias:

O comunismo marxista não passa hoje de simples doutrina de exportação, propagada por alguns judeus em vários países com o fito de leva-los à ruína e à desordem, como se vê em Cuba. Enquanto isso, os especuladores vão ganhando nas altas e baixas das bolsas e da produção, sem a menor piedade para com os cristãos espoliados, até o dia em que se estabeleça a famosa “ditadura do proletariado”, por trás da qual o capitalismo judaico, tornado capitalismo de Estado, exercerá o poder. Judaísmo capitalista e comunismo, embora pareça isso um paradoxo, são dois sócios na mesma empresa de destruição das pátrias. São tão aparentados pelos interesses que a propaganda doutrinária é feita à socapa e mesmo abertamente por elementos israelitas (BARROSO, 1935a, p. 113).

Reagindo àqueles que acusavam o integralismo de servir interesses estrangeiros, o autor enuncia que “eles [que acusam o integralismo de ser um capitalismo disfarçado] é que são, na verdade, os agentes secretos dos capitalistas sem pátria, que lançam mão do comunismo para acabar com a família e com as pátrias” (BARROSO, 1936a, p. 118).

Diante da inclinação de Barroso pelo fascismo, muitos hão de questionar como pode um autor simpático a uma doutrina imperialista ser considerado um anti-imperialista. Esse questionamento é perfeitamente compreensível e necessário. Todavia, Edward Said (1990) observa que o reavivamento dos nacionalismos na África, Ásia, Oriente Médio, Caribe e América Latina se manifestou em dois momentos políticos distintos. O primeiro momento foi o nacionalismo anti-imperialista, e o segundo, que o seguiu, foi a resistência libertadora anti-imperialista. Said cita como exemplo do segundo momento Frantz Fanon, o martinicano que desempenhou um importante papel na luta pela descolonização africana, ao passo que o escritor irlandês William Butler Yeats é mencionado como exemplo do primeiro momento. Yeats também demonstrou certas inclinações fascistas, graças às quais seu trabalho perdeu muito da aura utópico-revolucionária que muitos lhe atribuíam. Sendo

assim, tudo indica que Barroso se aproxima mais do primeiro momento político do reavivamento nacionalista do que do segundo momento.

Pensamos, como Said, que o fato de um autor ter cedido ou flertado com o autoritarismo e mesmo com o fascismo não é determinante para que ele perca o status de um intelectual anti-imperialista. Temos diversos exemplos de líderes como o indiano Subhas Chandra Bose e o palestino Haj Amin al-Husseini que viram, seja na Alemanha nazista, seja no Japão imperialista, a oportunidade para a libertação de seus países do império britânico (HOBSBAWM, 2009). É claro que esses casos não significavam uma “simpatia pelo fascismo, embora o antissemitismo nazista pudesse atrair árabes palestinos em conflito com colonizadores sionistas, e alguns grupos no Sul da Ásia pudessem reconhecer-se nos arianos superiores da mitologia nazista” (HOBSBAWM, 2009, p. 172). Porém, no caso do integralismo, e especialmente do integralismo barrosiano, a admiração pelo fascismo europeu é evidente, revelando o fascínio que os regimes de Mussolini e Hitler exerceram sobre a América Latina (e não apenas sobre os descendentes de italianos e alemães que ali habitavam):

A América Latina da década de 1930 não se inclinava a olhar para o Norte. Mas, visto do outro lado do Atlântico, o fascismo sem dúvida parecia a história de sucesso da década. Se havia um modelo no mundo a ser imitado por políticos promissores de um continente que sempre recebera inspiração das regiões culturalmente hegemônicas, esses líderes potenciais de países sempre à espreita da receita para tornar-se modernos, ricos e grandes, esse modelo certamente podia ser encontrado em Berlim e Roma, uma vez que Londres e Paris não mais ofereciam muita inspiração política, e Washington estava fora de ação (HOBSBAWM, 2009, p. 137).

Seja como for, não podemos cobrar desses sujeitos históricos o conhecimento do fascismo que nós temos hoje, sete décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial. Antônio Rago Filho observa que “para Barroso não há sequer uma suspeita da natureza ontológica do fascismo como um *nacionalismo imperialista* intimamente colado à expansão econômica dirigida pelo grande capital” (RAGO FILHO, 1989, p. 254). Posteriormente, Miguel Reale admitiria que o entusiasmo pelo fascismo era real, mas que, à época, os integralistas não percebiam que o fascismo estava tomando contornos imperialistas e sujeitando-se aos imperativos do capital (RAGO FILHO, 1989).

Ao invés de uma *ingenuidade*, porém, achamos mais plausível pensar em uma *seletividade* de Barroso ao interpretar o nacional-socialismo e o fascismo. O autor

demonstra, em suas obras, conhecimento do trabalho de vários autores nazistas (como Gottfried Feder e Alfred Rosenberg),<sup>5</sup> muitos deles claramente racistas e imperialistas. Porém, Barroso extraiu dessas leituras apenas os pontos que julgou convenientes para sua doutrina, a saber: a luta contra o imperialismo das finanças e contra o imperialismo soviético que seria seu cúmplice, ambos mancomunados com o sionismo internacional. Da mesma forma que a Alemanha lutava contra as imposições do *Diktat* de Versalhes, o Brasil também estaria lutando contra os bancos e os grandes capitalistas que queriam oprimi-lo. Assim, o discurso fascista, que negava a luta de classes em prol de uma luta entre nações exploradoras e nações proletarizadas (KONDER, 1977) foi bastante instrumental para um autor brasileiro dos anos 1930 que, sintonizado com os grandes debates da época, batia-se pela autonomia econômica e cultural nacional.

Aliás, a despeito de todas as acusações que pesavam sobre Yeats relativas às suas inclinações autoritárias, Pablo Neruda considerava-o um autor que “respondeu positivamente àquele inconfundível chamado antifascista” (SAID, 1990, p. 87). De forma análoga, pensamos que Gustavo Barroso pode ser considerado um autor anti-imperialista, até porque a compreensão que ele tinha do fascismo era bastante diferente. Barroso chegou, inclusive, a criticar certos aspectos do fascismo, especialmente o racismo. Distinguindo integralismo e nazi-fascismo, ele enuncia:

Separam-nos, no entanto, diferenças profundas. O Fascismo se enraíza na gloriosa tradição do Império Romano e sua concepção do Estado é cesariana, anticristã. O Estado nazista é também pagão e se baseia na pureza da raça ariana, no exclusivismo racial. Apoiado neste, combate os judeus. O Estado Integralista é profundamente cristão, Estado forte, não cesarianamente, mas cristamente, pela autoridade moral de que está revestido e porque é composto de homens fortes (BARROSO, 1936c, p. 17).

Assim, enquanto o nacional-socialismo e o fascismo italiano seriam concepções de Estado exclusivistas, defendendo apenas uma determinada raça, o integralismo teria um apelo muito mais universal, graças ao seu substrato cristão.

Said (1994) observa que a oposição de grande parte da intelectualidade do terceiro mundo ao imperialismo cultural nasce como reação a diversas teorias culturais que, assumindo para si pretensões universalistas, afirmam a desigualdade entre as raças e a

---

<sup>5</sup> Ver: BARROSO, Gustavo. *O integralismo e o mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. P. 26-28.

subordinação das culturas ditas “inferiores” àquelas pretensamente superiores. O anti-imperialismo cultural de Barroso é uma reação flagrante a essas teorias. Assim, por mais que fosse um declarado admirador de Hitler e Mussolini, Barroso sempre faz questão de ressaltar a seletividade de seu apreço pelos fascismos europeus, alegando que esse apreço não inclui o caráter racial dessas doutrinas. Natália dos Reis Cruz (2004) destaca, como já mostramos, que o projeto integralista conferia primado à civilização europeia (não obstante seu elogio a todas as raças). Ainda assim, achamos fundamental pontuar que a valorização que o autor conferia à civilização e cultura europeias não se dava da mesma forma que os nazistas. No caso do nacional-socialismo alemão, a questão era dramática e irreversível: quem não fosse um ariano “puro” estava automaticamente excluído do projeto. Já no caso do integralismo, ainda havia uma oportunidade para pessoas das mais diferentes raças se renderem ao projeto cultural cristão.

Além do caráter cristão do integralismo, Barroso salienta que, enquanto os nacionalismos fascistas europeus defendiam somente uma nação em detrimento das demais, o integralismo visava congregar todas as nações contra a ameaça comum que pairava sobre elas: o judeu e suas armas – o capitalismo e o comunismo. Por isso ele conclama:

Respondendo ao grito de Marx, no meado do século XIX, – “Proletários de todos os países, uni-vos!” ouve-se no século XX outro grito: – “Nacionalistas de todos os países, uni-vos!” Uni-vos na convicção de que o nacionalismo deste século (...) renovará a alma das velhas sociedades e trará ao universo a ideia duma ordem pacífica internacional (BARROSO, 1935b, p. 169).

O trecho acima, que é por si só bastante sugestivo do caráter universalista do integralismo, torna-se ainda mais instigante se analisado à luz do que Terry Eagleton escreve sobre nacionalismo e literatura. Para Eagleton (1990), a longo prazo, todo agrupamento (político, social, nacional, etc.) só pode atingir suas necessidades se as necessidades de todos os demais grupos são atingidas. Isso, porém, não é percebido pelos fascistas em geral, dado que a “metafísica do nacionalismo” fala da completa auto-realização de um sujeito unitário – o povo, obscurecendo a relação sujeito-objeto em prol de uma relação sujeito-sujeito, ignorando que a formulação de necessidades sempre se dá em relação a um objeto (EAGLETON, 1990). No nacional-socialismo, essa auto-realização de um sujeito unitário é evidente. Alfred Rosenberg, um dos mais importantes ideólogos nazistas, admitia que, em um mundo dominado pela Alemanha, o confronto entre a raça

ariana e os demais povos seria inevitável – o que inviabiliza desde já qualquer tipo de colaboração entre povos de origens diferentes em prol do projeto nacional-socialista (BERTONHA, 2000). Em *O mito do século XX*, Rosenberg diz que todo o estrangeiro deve ser rejeitado e, se preciso, combatido, já que ele seria um elemento destrutivo para o espírito ariano (ROSENBERG in WEBER, 1964). No integralismo, e especialmente no integralismo de Gustavo Barroso, como pudemos ver, opera-se o que Eagleton (1990) chama de “totalização do particular e do universal”. Isso significa que o autor reconhece a luta anti-imperialista contra o “judaísmo internacional, Janus moderno, com a cara hipócrita do capitalismo-liberal-democrata unida pela nuca, disfarçadamente, à cara vermelha do comunismo-marxista” (BARROSO, 1935a, p. 56-57) como uma luta de todos os povos, e não apenas do povo brasileiro.

Gustavo Barroso nos fornece um exemplo interessante de como o imperialismo nem sempre envolve antagonismo, ressentimento ou resistência, podendo também gerar laços de simpatia e congruência, tal como nos diz Said (1994). Enquanto os nacionalismos europeus teriam degradingado para o racismo e para o paganismo, o integralismo faria as vezes de um repositório dos valores cristãos herdados da própria Europa, assegurando que eles não fossem destruídos pelo liberalismo, pelo marxismo e, em última instância, por manifestações fascistas que eventualmente se excedessem no culto à nação em detrimento do culto a Deus. Diante de uma Europa corrompida pelo liberalismo, pelo comunismo e por nacionalismos agressivos, o integralismo seria o presente do *novo mundo* para evitar que o *velho mundo* se degenerasse. Era chegada a hora de o Brasil influenciar seus antigos mestres; era chegada a hora da *vingança do centauro*. Reafirmando a superioridade do integralismo, tem-se que:

O Integralismo Brasileiro, que simboliza no SIGMA a soma de todas as realidades, fatores, atividades e aspirações duma grande pátria, desmoralizada pelo liberalismo, solapada pelo comunismo e escravizada pelo banqueirismo, de todos os movimentos fascistas do mundo atual é aquele que contém maior dose de espiritualidade. Surgido depois de Mussolini e de Hitler, ele afirma mais fortemente o primado do espírito e mais alto se eleva, como prova sua doutrina, para as verdades eternas que cintilam nas auroras dos novos tempos (BARROSO, 1935b, p. 174).

Até mesmo a triste figura do Jeca-Tatu é reabilitada pelo autor e conclamada a lutar contra as forças do capital financeiro que oprimem o país. Estigma de uma suposta impotência do homem brasileiro, símbolo da resignação e do atraso atribuído ao caboclo, o

qual, acreditava-se, apenas poderia ser salvo pelo branqueamento, o Jeca, na leitura de Barroso, se transforma em herói na luta contra o imperialismo: “Camisas-Verdes, vós sois a vingança da Terra Brasileira, vós sois a reabilitação do Jeca sugado pelo parasitismo judaico, vós sois uma força telúrica insopitável e implacável, vós sois a floresta que caminha e que tudo esmaga à sua passagem!” (BARROSO, 1935a, p. 70).

Assim, o discurso anti-imperialista de Gustavo Barroso oscila entre um alarmismo quase doentio e um otimismo amenizador que tenta convencer o leitor de que, apesar da iminência da ameaça comunista e capitalista, os camisas-verdes já estariam de prontidão. A passagem a seguir é bastante significativa nesse sentido: contrasta-se o poder das forças paralelas do judaísmo internacional que, segundo o autor, já estariam em conluio com importantes autoridades brasileiras, com a tranquilidade assegurada pela ascensão do fascismo em outros países:

Como poderá o banqueiro judeu aliado ao interventor paulista, agindo escondido por trás dos srs. Enrique Bayma e Vicente Rao, combater com capítulos e artigos de uma lei talmúdica e sinuosa uma Revolução dessa ordem que se processa com tal força dentro dos mais cultos espíritos, a mesma no seu fundo e nos seus propósitos, nos corações que palpitam sob as camisas-pretas da Itália e da Inglaterra, sob as camisas-pardas da Alemanha, sob as camisas-azuis da França e sob as camisas-verdes do Brasil? (BARROSO, 1935a, p. 135).<sup>6</sup>

### **Imperialismo no pensamento de Gustavo Barroso**

A questão acerca do caráter imperialista ou não do integralismo deve se basear na seguinte reflexão: os escritos dos integralistas não defendiam explicitamente uma política externa agressiva. Supondo, porém, que esses autores fossem entusiastas de uma política externa imperialista do Brasil sobre outros países da América do Sul, qual era a *viabilidade* de eles defenderem abertamente tal projeto? O Brasil não tinha condições políticas, militares e econômicas de exercer uma política externa agressiva sobre seus vizinhos nos anos 1930. Por isso, é plausível pensar que os integralistas defendiam que o Brasil deveria assegurar sua supremacia política e militar em relação aos demais países sul-americanos, ainda que esse projeto fosse pensado somente a longo prazo, depois de resolvidos

---

<sup>6</sup> Vicente Rao: ministro da justiça e negócios interiores de Vargas. Henrique Smith Bayma: governador de São Paulo.



problemas internos mais urgentes.<sup>7</sup> Diz Barroso sobre a então situação em que o país se encontrava:

O atual regime pseudo liberal e pseudo democrático é um espelho da decadência a que chegou o liberalismo, que procurou dividir a Nação com regionalismos e separatismos estreitos, implantando ódios entre irmãos, atirados às trincheiras da Guerra Civil; com partidos políticos transitórios que sobrepeem as ambições pessoais aos mais altos interesses da Pátria e pescam votos, favorecendo os eleitores com um imediatismo inconsciente, em que tudo concedem ou vendem, contanto que atinjam as posições (BARROSO, 1935c, p. 14).

Estando o Brasil em situação tão decrépita, é natural que os integralistas quisessem, primeiro, solucionar os problemas internos, para depois se preocuparem com questões de política externa. Diante da insistência de Barroso em ressaltar a superioridade do integralismo em relação a outras manifestações nacionalistas que lhe-eram contemporâneas, em valorizar o integralismo como modelo a ser seguido pelo resto do mundo e em legitimar um papel de preponderância para o Brasil na América do Sul, fica difícil imaginar que o projeto de um Brasil integralista seria dissociável de uma política externa imperialista.

Aquilo que o historiador escreve sobre o passado costuma revelar muito mais sobre o momento em que aquele passado foi narrado do que sobre o passado em si, uma vez que a história que se narra está sempre articulada com a história que se vive. “Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente” (LE GOFF, 2003, p. 51), já dizia Le Goff. O entusiasmo barrosiano com a política externa do Brasil Imperial na Bacia do Prata não era ingênuo, nem indissociável do seu projeto de um Brasil integralista. Em seus escritos observa-se, de forma recorrente, a “evocação de fatos passados, desinseridos do seu contexto e transformados em instâncias de legitimação de uma ideologia” (CANAVIEIRA, 2009, p. 178).

Nos textos de Gustavo Barroso, esses “indícios” de um projeto imperialista são anteriores a 1933, estando presentes nos seus livros de história. Antes de recuperar seu

---

<sup>7</sup> Uma importante analogia pode ser traçada com o nacional-socialismo. Hitler, em seu *Mein Kampf*, não colocou a conquista de colônias no ultramar como uma prioridade, alegando que os alemães deveriam, primeiro, assegurar seu espaço vital no continente europeu. Ainda assim, o clamor por colônias nunca foi ignorado entre os nazistas, que defendiam abertamente a necessidade de uma expansão ultramarina. Veja-se, por exemplo, o que diz Gottfried Feder no Programa do Partido Nazista: “Nós exigimos a reunião de todos os alemães em uma grande Alemanha, com base no direito de autodeterminação dos povos” e “Nós exigimos terra e solo (colônias) para o sustento de nosso povo e para o escoamento de nosso excedente populacional”. (FEDER, Gottfried. *Das Programm der NSDAP, und seine weltanschaulichen Grundgedanken*. Munique: Verlag Frz. Eher Nachf., 1932, p. 19. Tradução nossa).

protagonismo no cenário latino-americano, o Brasil deveria se reerguer não só estruturalmente e politicamente, mas também moralmente, deixando para trás as crenças que os próprios brasileiros nutriam na inferioridade do país e de seu povo. Tudo isso seria decorrente de duas ordens de fenômenos: externamente, o Iluminismo e a Revolução Francesa; internamente, a proclamação da república – todos responsáveis por desestimular o culto ao passado e às tradições pátrias. Por isso, o autor lamenta que, desde 1889, tenha surgido “a escola dos maldizentes da pátria, às vezes até por mal compreendido patriotismo”. Segundo esses pensadores, “promanamos de três raças inferiores, tivemos como primeiros povoadores degredados, albergamos todos os vícios e cometemos as mais negras injustiças, fazendo guerras imperialistas aos nossos mansos, pacíficos, inocentes vizinhos do Prata” (BARROSO, 1938, p. 123, 124). Ao exaltar os feitos militares do período imperial brasileiro, o autor tenta resgatar os valores tão comumente cultivados na monarquia que haviam se perdido com o advento da república. E conclama: “A força (...) dessa coesão dum grande povo [enfraquecida pela república] continua latente. É necessário despertá-la para novos prodígios!” (BARROSO, 1938, p. 346).

Diz Manuel Filipe Canavieira sobre o escritor cearense que:

O gosto pelas fardas e condecorações vinha-lhe do tempo da mais tenra infância (a mãe alemã gostava de lhe tirar fotografias mascarado de soldadinho) e não o perdeu na idade adulta. Deixou-se retratar com ares marciais em diversas ocasiões, seja como chefe das milícias integralistas ou, ainda mais imponente, como personalidade consagrada da elite do *Estado Novo* (...) (CANAVIEIRA, 2009, p. 178).

Ademais, temos que “para o nacionalista Gustavo Barroso, o culto do heroísmo e a noção de patriotismo passava pela celebração das humilhações infligidas aos países vizinhos (considerados rivais do Brasil)” (CANAVIEIRA, 2009, p. 182). É o que se vê na seguinte passagem do livro *A guerra do Vidéo*, escrito ainda em 1930 e relatando a Guerra da Cisplatina (1825-1828). Após narrar a fracassada tentativa da marinha argentina de capturar uma embarcação brasileira ancorada em Montevidéu, o autor diz orgulhosamente que “Nem argentinos, nesse tempo, nem paraguaios, mais tarde, conseguiram tomar a abordagem um grande navio de guerra brasileiro. Falta-lhes esta glória que a nós nos sobra, porque de ambos tomamos muitos” (BARROSO, 1930, p. 69). As vitórias argentinas nas batalhas da Cisplatina ou são omitidas pelo autor, ou ridicularizadas, a fim de reduzir sua dimensão e importância.

O orgulho com que o integralista descreve as ações do Brasil Imperial na Bacia do Prata é tamanho, que ele sequer admite a derrota do país na Guerra da Cisplatina:

O império herdou a Colônia, de Portugal, com a província Cisplatina. De 1825 a 1828, enquanto durou a guerra marítima e terrestre entre o Brasil e os descendentes dos castelhanos: uruguaios e argentinos, ela esteve em nosso poder e foi heroicamente defendida. Evacuamo-la, quando a coroa imperial *generosamente outorgou plena liberdade* à Banda Oriental (BARROSO, 1930, p. 52 – grifo nosso).

Igualmente curiosa é a descrição que o autor dá dos soldados uruguaios e argentinos. Ressaltando sua indiferença diante da morte e a tranquilidade com que combatiam uma guerra cruenta, Barroso escreve:

Homens pequeninos e ágeis, de fardetas escuras avivadas de verde, os shakos [sic] sem penachos desbotados pela chuva, esturricados ao sol dos Pampas, a mochila trepada às costas, os rostos brunidos pelo minuano, de maçãs salientes, horrivelmente tranquilos. Não tinham a beleza física nem os assomos cavalheirescos dos gaúchos de Bento Manoel ou de José de Abreu. Eram taciturnos, pacientes, sofredores. Afrontavam a morte com uma impavidez sobre-humana. Sobre eles o pânico não tinha força (BARROSO, 1930 p. 129).

Ao descrever os inimigos como pessoas frias diante dos horrores da guerra, nosso autor assume uma postura que pouco ou em quase nada difere daquela adotada por tantos intelectuais europeus que, no auge do imperialismo, recusavam-se a reconhecer a historicidade dos povos que conquistavam. Apenas para citarmos um entre muitos exemplos, Said (1994) aponta como os franceses acreditavam que a literatura e a história dos povos árabes por eles conquistados haviam nascido apenas com a chegada dos primeiros colonos. Os desdobramentos dessas posturas são basicamente os mesmos: despojar o outro de sua humanidade.

Tudo isso relativiza o caráter defensivo do nacionalismo integralista constatado por Chasin (1999) e endossado por Antônio Rago Filho (1989), uma vez que o nacionalismo defensivo, segundo Leandro Konder, “não se afirma em contraposição à humanidade em geral e não nega os valores das outras nações” (KONDER, 1977, p. 13).

Diferente do expansionismo nacional-socialista ou fascista, no entanto, a política externa propugnada pelo integralismo não era justificada puramente pelos interesses brasileiros. Enquanto Hitler se expandia pela Europa evocando a necessidade do *Lebensraum*, Barroso identificava o protagonismo brasileiro no Rio da Prata com os

interesses dos próprios vizinhos. Forja-se, portanto, uma espécie de “fardo do homem branco” revisitado. Os vizinhos do Brasil são descritos como povos desordeiros, incapazes de cuidarem de seus próprios assuntos e dependentes, portanto, do amparo brasileiro:

O Brasil nunca fez guerra aos povos americanos, seus irmãos e vizinhos, senão a chamado dos oprimidos e dos que desejavam a paz e a organização imperial, e isso, lealmente, libertando-os de tiranias ultrajantes. Eis porque o seu povo nunca se referiu a guerras ou campanhas do Uruguai, da Argentina e do Paraguai. O seu folclore desconhece tais expressões. Ele dá a essas lutas os nomes dos caudilhos que as provocaram: guerra do Rosas, guerra do Flores, guerra do Lopez. (BARROSO, 1930, p. 6).

A América Latina, portanto, ocupava uma posição privilegiada nos projetos integralistas, como o atesta o pensamento de Gustavo Barroso, que vê no sigma um sucessor do projeto de Simón Bolívar. Em *O integralismo e o mundo*, escrito em 1936, o autor faz questão de reproduzir um artigo de Adolfo Agório na revista uruguaia *Corporaciones*, onde se lê:

Evidentemente só existem criaturas grotescas ou trágicas no espírito de escravidão às doutrinas cosmopolitas. Eis por que, numa carta particular que temos à vista, Gustavo Barroso explica que, se tivesse de procurar um antecedente intelectual ao Integralismo, não o fixaria em Hitler ou em Mussolini e sim em Bolívar. Força criadora destinada a vencer a inércia imortal das massas, mobilizando todos os impulsos históricos para exaltar a própria personalidade contra as modos [sic] dissolventes do estrangeiro, o pensamento de Bolívar seria o modelo mais completo para inspirar o Integralismo Libertador (AGÓRIO citado por BARROSO, 1936c, p. 7, 8).

Diz Arthur Oliveira da Silva que “A convergência entre o Museu Histórico Nacional e a Ação Integralista não se baseia apenas [na] participação direta de Barroso nas duas instituições”, sendo “importante perceber [que] elas partem de um mesmo projeto nacionalista” (SILVA, 2012, p. 11). No último parágrafo de *História militar do Brasil*, publicada pela coleção Brasileira, o autor ressalta o papel do Brasil na Guerra do Paraguai como tendo prestado um serviço a todo o continente: “O Brasil Imperial varrerá do Prata seu derradeiro caudilho de grande vulto” (BARROSO, 1938, p. 346). A dramática narrativa da perseguição de Solano López pelas tropas imperiais tenta demonizar os soldados paraguaios, bem como o próprio líder, acusando-o de oprimir seu próprio povo. Em um discurso no aniversário da vitória naval na Batalha do Riachuelo, ele conclama: “Lembrando a grande vitória do Riachuelo, que engarrafou para sempre o lobo paraguaio

no pântano nativo, chamo a vossa atenção para o grande valor que representa o mar nos destinos do nosso país” (BARROSO, 1935a, p. 45). Além disso:

O Conde d’Eu, por sua vez, não fica inativo. Depois de reduzir o efetivo do 2º Corpo, fazendo retrogradar os batalhões e regimentos de que não precisava mais, transferiu seu quartel-general para Rosário e mandou várias partidas de cavalaria em reconhecimentos. Uma delas, a do major Moura, penetrou na serra do Maracaju e libertou grande número de mulheres e crianças paraguaias que o Supremo relegara naquele ermo e se achavam reduzidas à mais horrenda miséria (BARROSO, 1938, p. 344).

López põe-se de novo em marcha a 28 de dezembro e galga a serra do Maracaju. Depois de fortificar a picada do Chiriguelo, estabelece-se em Cerro-Corá. Sua retaguarda fica no Panadero. Para atingir aquele ponto, o ditador passa pelo nosso território. Vai deixando pelo caminho os enfermos, as mulheres e as crianças (BARROSO, 1938, p. 345).

Diante dessas leituras da obra de Barroso, achamos pertinente concluir que ele defendia a *hegemonia* brasileira na América do Sul. Entendemos a hegemonia tal como colocado por Silvano Belligni no *Dicionário de política*:

A potência hegemônica exerce sobre as demais uma preeminência não só militar, como também frequentemente econômica e cultural, inspirando-lhes e condicionando-lhes as opções, tanto por força do seu prestígio como em virtude do seu elevado potencial de intimidação e coerção; chega mesmo a ponto de constituir um modelo para as comunidades sob a sua hegemonia (BELLIGNI, 1986, p. 579).

À luz dessa reflexão, podemos compreender o empenho de Barroso em apresentar o integralismo como modelo cultural para a América do Sul e também para o mundo, bem como a sua identificação entre o projeto integralista e o projeto de Bolívar. O Brasil, fragilizado pelo advento do regime republicano, que trazia consigo ideias desagregadoras e destrutivas, não reuniria ainda condições militares para retomar seu status de potência no continente sul-americano. Logo, o projeto integralista de restaurar a hegemonia brasileira na região começaria no plano cultural, com a difusão do integralismo, para apenas posteriormente se desenvolver em outros planos.

Belligni (1986) afirma ainda que autores como Heinrich Triepel destacam o papel da legitimidade no exercício da hegemonia – visão segundo a qual só se pode falar em hegemonia quando não se recorre ao uso da força. Isso implica a capacidade de convencer os atores subordinados a aceitarem a liderança do poder hegemônico, reconhecendo-a como algo benéfico para si mesmo, e não apenas para o líder. Diante disso, podemos

compreender por que Barroso fazia tanta questão de destacar o protagonismo brasileiro na América do Sul como benéfico a todos, e não apenas ao Brasil. A derrota de Solano López, como já vimos, é narrada não só como uma vitória brasileira, mas como um alívio para o próprio povo paraguaio. Temos, portanto, que Barroso buscava assegurar a hegemonia brasileira no continente sul-americano, senão ainda no plano militar, pelo menos no plano cultural, impondo a sua narrativa histórica dos conflitos da Bacia do Prata.

Afinal de contas, qual manobra imperialista é mais audaciosa do que o monopólio do discurso histórico?

### **Conclusões**

Concluimos, diante do exposto até aqui, que o integralismo, mais do que um movimento político em sintonia com manifestações fascistas europeias, estava também em sintonia com o cenário intelectual brasileiro e latino-americano dos anos 1920 e 1930. Atestam-no a obra de Gustavo Barroso, que é marcada pelo seu discurso anti-imperialista, pela libertação em relação a modelos culturais estrangeiros e pela defesa incondicional da soberania do país diante da ameaça do imperialismo judaico. Segundo o integralista cearense, esse imperialismo se valia do liberalismo e do marxismo para alimentar os conflitos de classe e as disputas entre partidos, contribuindo assim para desagregar o Brasil e as demais nações do mundo. Ainda assim, sua obra percorre meandros que sempre nos fazem concluir que a ideologia integralista foi bem menos “curupira” do que o alardeado. Gustavo Barroso teve a sensibilidade de perceber que os brasileiros estão condenados a serem centauros, e que isso, longe de vergonha, é motivo de orgulho: qualquer tentativa de se livrar de uma ou outra parte do nosso corpo de centauro acabaria nos deixando ou sem as pernas, ou sem a cabeça. Em outros termos: ou nos cegamos por completo diante das especificidades da produção intelectual latino-americana frente à Europa, ou caímos no “esnobismo ultra-nacionalista”, exagerando uma autonomia inexistente.<sup>8</sup>

Frente a uma Europa degenerada, o integralismo brasileiro seria o repositório de todo o legado cristão que estava ruindo do outro lado do Atlântico. Assim, o discurso do

---

<sup>8</sup> Que melhor exemplo desse segundo extremismo do que a caricata figura de Policarpo Quaresma, o personagem de Lima Barreto que queria transformar o tupi-guarani em língua oficial?

escritor cearense estava em sintonia com o do mexicano José Vasconcelos, pois enfatizava a preponderância da América Latina diante de uma Europa em crise. A essa interpretação da realidade é que damos o nome de “vingança do centauro”: após tantos séculos, o Brasil deixaria de ser o receptáculo de influências europeias para se converter em matriz influenciadora do velho continente.

Ressalte-se, no entanto, que a recusa a se reconhecer como tributário de uma doutrina estrangeira vem sempre acompanhada do apelo à aliança entre os fascistas de todo o mundo em uma luta comum. Gustavo Barroso recusa que o integralismo tenha sido mimetismo dos fascismos europeus, mas nunca deixa de elogiá-los e de conclamá-los a luta, como uma forma de provar que, da mesma forma que os comunistas, os nacionalistas do mundo também trabalhavam juntos. É nesse sentido que o autor aponta ao fazer o chamado: “Nacionalistas de todos os países, uni-vos!”.

Por fim, reconhecendo que o Brasil ainda tinha sérios problemas internos a enfrentar, o autor se esquivava de propor, explicitamente, uma política externa imperialista para o Brasil no continente sul-americano. Ao exaltar os feitos militares do Brasil nas guerras do Prata, porém, Barroso deixa entrever indícios de um projeto imperialista. Sua narrativa histórica, indissociável de seu projeto integralista, apresenta uma série de pontos que permitem analogias com a produção intelectual europeia que legitimava o imperialismo no século XIX. Tal narrativa expressa a nostalgia dos tempos em que o Brasil era uma potência de peso na América do Sul, além de apresentar a hegemonia brasileira como um fator favorável a todos os vizinhos. A difusão do integralismo no continente, seguindo os passos de Simón Bolívar, seria apenas o primeiro passo para a futura restauração da hegemonia brasileira na região.

## REFERÊNCIAS

### Obras de Gustavo Barroso:

*A guerra do vidéo* (contos e episódios da campanha da Cisplatina, 1825 a 1828). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.

*A palavra e o pensamento integralista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935a.

*Brasil, colônia de banqueiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936a (5ª edição).

*História militar do Brasil*. 2ª edição, ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 (Biblioteca pedagógica brasileira. Série 5a., Brasileira ; volume 49).

*História secreta do Brasil*. Primeira reedição. Volume 1. Edição comemorativa do centenário de Gustavo Barroso, nº 3. Porto Alegre: Editora Revisão, 1990.

*Integralismo e catolicismo*. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937. (2ª edição).

*O espírito do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936b.

*O integralismo e o mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936c.

*O integralismo em marcha*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

*O quarto Império*. Rio de Janeiro: livraria José Olympio, 1935b.

*O que o integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935c (2ª edição).

#### **Livros:**

BELLIGNI, Silvano. Hegemonia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola. *Dicionário de política*. Brasília: 1986. Volume 1.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

DEANE, Seamus. Introduction. In: EAGLETON, Terry; JAMESON, Fredric; SAID, Edward W.. *Nationalism, colonialism, and literature*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário* (imaginário político no Brasil dos anos 30). Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997.

EAGLETON, Terry. Nationalism: irony and commitment. In: EAGLETON, Terry; JAMESON, Fredric; SAID, Edward W.. *Nationalism, colonialism, and literature*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990.

FEDER, Gottfried. *Das Programm der NSDAP und seine weltanschaulichen Grundgedanken*. Munique: Frz. Eher Nachf., 1932.

GUILHERME, Everardo. *Solidarismo e os sistemas fascistas* (fascismo, nacional-socialismo, salazarismo, integralismo, etc). Rio de Janeiro: Ed. ABC, 1937.

HOBSBAWM, Eric J.. *Era dos extremos* (o breve século XX – 1914-1991). 2ª edição, 41ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.



IANNI, Octavio. *Imperialismo e cultura*. Petrópolis: Vozes, 1976 (sociologia brasileira, volume 5).

JAMESON, Fredric. Modernism and imperialism. In: EAGLETON, Terry; JAMESON, Fredric; SAID, Edward W.. *Nationalism, colonialism, and literature*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª edição. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEVINE, Robert M.. *O regime de Vargas (os anos críticos, 1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky (o pensamento antissemita de Gustavo Barroso)*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MITRE, Antonio. *O dilema do Centauro (ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. (Humanistas; 91).

MUSSOLINI, Benito. The political and social doctrine of fascism, 1932. In: WEBER, Eugen. *Varieties of fascism (doctrines of revolution in the twentieth century)*. Princeton: D. van Nostrand, 1964.

ROSENBERG, Alfred. The myth of the twentieth century. In: WEBER, Eugen. *Varieties of fascism (doctrines of revolution in the twentieth century)*. Princeton: D. van Nostrand, 1964.

PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SAID, Edward W.. *Culture and imperialism*. London: Vintage Books, 1994.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Tradução de Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.

TRINDADE, Hélijo. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

VASCONCELLOS, Gilberto. *A ideologia curupira (análise do discurso integralista)*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

WEBER, Eugen. *Varieties of fascism (doctrines of revolution in the twentieth century)*. Princeton: D. van Nostrand, 1964.

**Artigos e teses:**

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Sob a sombra do eixo (camisas-verdes e o jornal integralista *Ação* (1936-1938)). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Unesp, Marília, 2007.

BERTONHA, João Fábio. A questão da “Internacional Fascista” no mundo das relações internacionais: a extrema direita entre solidariedade ideológica e rivalidade nacionalista. In: *Revista brasileira de política internacional*. 43 (1): 99-118 [2000].

CANAVEIRA, Manuel Filipe. Portugal semente de impérios no pensamento integralista de Gustavo Barroso. In: *Estudos filosóficos* (nº 3, 2009). DFIME, UFSJ, p. 177-85.

CAZETTA, Felipe. *Fascismos e Autoritarismos: a cruz, a suástica e o caboclo – fundações do pensamento político de Plínio Salgado – 1932-1945*. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2011.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado* (forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio). 2ª edição. Belo Horizonte: Una Editoria; São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

CRUZ, Natália dos Reis. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*. Tese (doutorado em história). UFF, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2004.

CYTRYNOWICZ R. Integralismo e antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930, Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP, 1992.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega. O anticomunismo de Gustavo Barroso como instrumento para um discurso intolerante. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: julho de 2011. P. 1-16.

RAGO FILHO, Antônio. A crítica romântica à miséria brasileira: o integralismo de Gustavo Barroso. Tese de mestrado. São Paulo, PUC, 1989.

SILVA, Arthur da. Gustavo Barroso: aproximações conceituais da AIB e o MHN (1933-1937). *Anais da XXIX Semana de História da UFJF*. Monarquias, repúblicas e ditaduras: entre liberdades e igualdades. (14-18 maio 2012).

ZAVERUCHA, Jorge. A questão do integralismo diante da herança fascista, In: *Revista Ciência e Tópicos*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.

Artigo recebido em 16/02/2014

Artigo aceito em 24/09/2014